

# Um perigoso aumento do déficit

por Alvaro Barbosa  
do Rio

O déficit público nominal — diferença entre o que o governo gasta e arrecada, acrescida das despesas com a dívida pública — está caminhando para o perigoso patamar de 20% do Produto Interno Bruto, nível muito acima do apurado em 1982, quando o Brasil iniciou as negociações com o Fundo Monetário Internacional. O alerta é do economista Paulo Raballo de Castro, da Fundação Getúlio Vargas do Rio. O déficit público nominal, junto com o déficit operacional, é um dos "critérios de performance" exigidos pelo FMI.

Esse acréscimo do déficit público está sendo acelerado neste ano pela deci-

são do governo de emparelhar a correção monetária ao Índice Geral de Preços, elevando, automaticamente, os custos da dívida pública. Castro lembra, que, no ano passado, a correção monetária ficou substancialmente abaixo da inflação — 156,6% e 211%, respectivamente. Neste ano, com o "colamento" da correção monetária, a inflação medida pelo IGP, os custos da dívida se elevaram brutalmente.

## URGÊNCIA

Castro acha que essa questão terá de ser resolvida com uma certa urgência, na medida em que a dívida pública não é renovada automaticamente. "O Banco Central tem de fazer um esforço redobrado a cada ano para colocar novos

papéis no mercado e fazer a rolagem da dívida", lembra. Uma das alternativas que ele propõe é a desindexação que resulte em corte na correção monetária, reduzindo os custos dessa dívida interna.

José Julio Senna, professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor do Banco Boavista de Investimentos, está menos preocupado com a questão da dívida interna.

Ele entende que o volume de títulos públicos em mãos do mercado é relativamente pequeno se comparado ao Produto Interno Bruto. Atualmente, dos 3,5 trilhões de ORTN emitidas pelo Tesouro, apenas 1,22 trilhão (34,5%) estão fora da carteira do Banco Central. Isso significa Cr\$ 17,8 trilhões, em valores deste

mês, o que corresponde a menos de 5% do Produto Interno Bruto.

## NEGOCIAÇÕES

O que mais preocupa Senna, no que diz respeito à dívida pública, é a excessiva concentração das negociações com o papel através de compromissos de compra em operações de curtiíssimo prazo (geralmente de um dia para o outro). Ele é de opinião que o ideal seria que o governo federal colocasse os seus títulos junto aos investidores finais, sem ficar dependendo tanto das operações de curtiíssimo prazo no mercado aberto. E a questão da dívida, no entender de Senna, só será resolvida com o governo fazendo uma revisão geral das suas contas.